

Carta de compromisso com o comércio, os serviços e o turismo de Minas Gerais

Resposta ao Ofício FCDLMG/PR-089/2026, de 20 de agosto de 2026

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2026.

Ao Senhor

Frank Sinatra Santos Chaves

Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL-MG

Prezado presidente Frank Sinatra,

Agradeço o encontro com as lideranças do movimento lojista e o recebimento do documento “Proposições para o fortalecimento do comércio de bens, serviços e turismo em Minas Gerais”.

A representatividade informada pela Federação, com 209 CDLs e mais de 80 mil empresas associadas, demonstra a importância de ouvir quem conhece o funcionamento da economia em todas as regiões do Estado.

Essa conversa também me diz respeito pessoalmente. Sou associado à CDL e dono de bar há cerca de cinco anos. Conheço a responsabilidade de assinar carteira, atender cliente, organizar escala, pagar fornecedor e recolher impostos. Sei que a receita varia enquanto os compromissos continuam chegando. E sei que uma exigência desnecessária pode consumir o tempo e os recursos que deveriam estar destinados ao crescimento do negócio.

Minha experiência empresarial não me autoriza a falar por todos os setores. Ela me ajuda, entretanto, a compreender por que crédito responsável, infraestrutura adequada, qualificação profissional e segurança jurídica fazem tanta diferença.

Já havia recebido e respondido ao Manifesto do Varejo 2026 durante nossa interlocução com a CDL Uberlândia. O documento apresentado agora pela FCDL-MG é uma contribuição específica para Minas Gerais, com maior detalhamento das medidas estaduais. Esta carta complementa aquele diálogo e responde à nova agenda em sua própria organização.

Nosso Plano de Governo oferece instrumentos para realizar boa parte dessas propostas. Outras contribuições exigem avaliação ou detalhamento adicional. Distinguirei essas situações, sem apresentar como decisão pronta aquilo que ainda depende de estudo, financiamento ou alteração legislativa.

Apresento, a seguir, minha posição sobre os seis eixos.

1. Sistema Tributário Estadual

1.1. Revisão e redução da substituição tributária do ICMS

Sou favorável a uma revisão estruturada da substituição tributária, com redução de sua aplicação onde houver justificativa técnica.

A preocupação apresentada pela FCDL-MG é pertinente: antecipar imposto pode comprometer o capital de giro, e uma margem presumida distante da realidade pode impor custos desproporcionais ao comerciante.

Vamos realizar essa revisão por cadeia produtiva, considerando capital de giro, competitividade, custo de conformidade e efeito arrecadatório. A comparação com os tratamentos adotados por outros estados deverá integrar o diagnóstico, sem presumir que um regime funciona igualmente para todos os produtos.

A retirada de mercadorias da substituição tributária também precisará disciplinar os estoques e o aproveitamento dos valores já recolhidos, evitando que a transição produza nova cobrança indevida ou novos créditos sem utilização.

Não proponho extinguir indiscriminadamente o regime antes de conhecer suas consequências. Tampouco considero aceitável mantê-lo por inércia. A direção será simplificar e reduzir distorções, preservando capacidade de fiscalização e responsabilidade fiscal.

1.2. Modernização da utilização dos créditos de ICMS e ICMS-ST

Apoio o objetivo de dar maior liquidez aos créditos legitimamente reconhecidos.

A proposta de alterar a Lei Estadual nº 6.763/1975 merece análise prioritária pela Secretaria de Estado de Fazenda, em conjunto com a Advocacia-Geral do Estado e os representantes dos contribuintes.

Vamos distinguir créditos escriturais de valores sujeitos a restituição ou ressarcimento, identificar os obstáculos existentes e propor as mudanças necessárias. A análise deverá abranger a utilização contra débitos próprios e as hipóteses de transferência a terceiros, com critérios públicos e controles contra aproveitamento duplicado.

Também será necessário definir quais tributos poderão ser alcançados. Não considero adequado prometer compensação irrestrita com qualquer obrigação estadual.

Concordo que utilizar um crédito existente não é a mesma coisa que conceder um benefício novo. Isso, porém, não elimina a necessidade de avaliar os efeitos sobre o fluxo de caixa do Estado e sobre as receitas constitucionalmente compartilhadas com os municípios.

O compromisso é reduzir a distância entre ter um direito reconhecido e conseguir utilizá-lo, com segurança para o contribuinte e para o poder público.

1.3. Aperfeiçoamento do DIFAL e dos créditos das micro e pequenas empresas

Concordo com a revisão dos procedimentos de competência estadual.

Vamos identificar exigências redundantes e divergências de interpretação, com orientação específica para micro e pequenas empresas. O contribuinte precisa compreender quando existe obrigação, como calcular o valor e quais créditos pode aproveitar.

A revisão respeitará as diferenças entre os regimes tributários e as regras nacionais aplicáveis. Não anunciarei dispensa geral de DIFAL ou aproveitamento irrestrito de créditos como se fossem decisões exclusivamente administrativas do governador.

1.4. Revisão das alíquotas de produtos essenciais

Apoio a avaliação de medidas que reduzam o peso da tributação sobre alimentos e medicamentos.

A análise deverá considerar a carga efetiva já existente, o impacto orçamentário e o alcance social da medida. Também deverá examinar em que condições uma redução pode chegar ao consumidor.

A prioridade será identificar distorções e alternativas compatíveis com a situação fiscal e com a transição tributária. Não prometerei uma redução linear sem fonte nem apresentarei como garantido um repasse integral aos preços.

1.5. Simplificação das restituições nas devoluções de mercadorias

Concordo integralmente com a simplificação.

Quero procedimentos eletrônicos compreensíveis, documentação proporcional e acompanhamento da tramitação. Vamos utilizar os registros fiscais já disponíveis para diminuir exigências repetidas.

Os critérios de análise e os motivos de indeferimento deverão ser claros. A administração precisa combater pedidos fraudulentos sem tratar todo contribuinte como suspeito ou prolongar desnecessariamente a devolução de valores devidos.

1.6. Política tributária competitiva, sem aumento da carga estadual

Esse compromisso já está no nosso Plano de Governo.

A saída para o desequilíbrio fiscal não será aumentar a carga tributária. Nossa orientação é fazer a despesa primária crescer menos que a receita, com avaliação das políticas públicas e revisão de gastos ineficientes.

Também publicaremos um painel de benefícios fiscais com beneficiário, contrapartidas, custo, objetivo, prazo e resultados, observadas as restrições legais de divulgação.

O benefício que comprovar retorno público deverá ser preservado. A concessão que apenas favorece quem possui acesso ao governo deverá ser revista.

1.7. Não reinstituição do adicional destinado ao FEM

Minha posição é contrária à perpetuação desse adicional por sucessivas reinstituições ou prorrogações.

A legislação prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2026. O planejamento do próximo governo deve considerar esse encerramento e organizar o financiamento das políticas sociais sem recorrer automaticamente à renovação da cobrança.

Essa posição não significa considerar encerrada a necessidade de combater a pobreza. O Piso Mineiro de Assistência Social e a proteção às famílias vulneráveis precisam ser tratados como prioridades orçamentárias.

Não aumentar a carga e proteger quem precisa são responsabilidades que devem ser enfrentadas juntas, com revisão de prioridades e transparência.

2. Infraestrutura e Transportes

2.1. Integração dos diferentes modais

Há convergência direta com nosso plano.

Vamos organizar a infraestrutura conforme os fluxos de produção e consumo, conectando aeroportos, ferrovias, portos secos, rodovias e terminais.

Cada projeto deverá demonstrar a demanda atendida e sua relação com as demais estruturas. Não basta construir equipamentos isolados. É preciso reduzir o custo do percurso completo da mercadoria e melhorar o deslocamento das pessoas.

2.2. Investimentos permanentes nas rodovias

Concordo com a continuidade dos investimentos, acompanhada de critérios técnicos.

Nas rodovias estaduais, nosso plano prevê contratos de manutenção por desempenho e priorização das intervenções a partir de acidentes, mortes e ocorrências. Projeto executivo completo será o padrão antes da contratação de obras.

Nas rodovias federais, o Estado exercerá articulação e acompanhamento, cobrando os compromissos dos responsáveis. A distinção de competência não será desculpa para a ausência do governador, nem justificativa para anunciar como sua uma obra de outro ente.

2.3. Fortalecimento do transporte ferroviário de cargas

Essa é uma das prioridades centrais da candidatura.

Nosso plano prevê diversificação de cargas e preparação de projetos ferroviários, com terminais intermodais e atuação perante os órgãos federais.

A carteira de quinze corredores possui diferentes estágios de maturidade. Não prometemos executar todos integralmente em quatro anos. O compromisso é preparar e iniciar aquilo que tiver viabilidade, preservando continuidade para os projetos de maior prazo.

O comércio também paga pela logística ruim. Reduzir custos de transporte é uma forma de melhorar a competitividade e diminuir a pressão sobre os preços.

2.4. Duplicação da BR-262

Assumo a defesa da duplicação e das melhorias necessárias à segurança e à capacidade da BR-262.

A atuação começará pela identificação da situação de cada trecho, distinguindo intervenções contratadas de investimentos adicionais ainda dependentes de definição.

Quero uma agenda com o Governo Federal e os responsáveis pela rodovia para acompanhar projetos e cobrar prazos. Acelerar exige resolver entraves concretos. Não seria responsável anunciar um prazo único para a duplicação integral sem conhecer a engenharia e o financiamento de cada segmento.

2.5. Integração ferroviária no Alto Paranaíba, no Sul e no Triângulo

Concordo e já temos uma carteira regional para orientar essa discussão.

No Triângulo, trabalhamos com a nova ligação de Uberlândia a Ituiutaba e Chaveslândia e com a modernização do corredor de Araguari a Uberlândia e Uberaba, conectado à rede paulista.

No Alto Paranaíba, defendemos melhorar a conexão ferroviária com o centro de Minas Gerais. No Sul, a recuperação de Lavras–Três Corações–Varginha integra nossa agenda, enquanto o prolongamento até Cruzeiro exige avaliação própria.

A escolha das etapas dependerá de cargas, capacidade operacional, financiamento e terminais. Os projetos não serão tratados como se tivessem a mesma prontidão.

2.6. Aviação regional e aeroportos do interior

Acolho a proposta como parte do planejamento integrado de transportes.

Vamos avaliar demanda e infraestrutura antes de assumir novos investimentos, distinguindo aeroportos estaduais daqueles sob outra administração.

O governo pode apoiar a preparação dos destinos e a articulação com operadores. Não pode garantir, por decisão unilateral, uma frequência de voos comercialmente sustentável. Eventuais incentivos deverão ter custo conhecido e avaliação periódica.

A prioridade será conectar polos econômicos e destinos com demanda demonstrável, evitando estruturas sem uso suficiente.

2.7. Portos secos e integração com o Brasil Central

Concordo com o fortalecimento dos projetos que conectem Minas Gerais às cadeias nacionais de distribuição.

O Estado deverá apoiar acessos e articulação territorial, aproximando os terminais dos fluxos ferroviários e rodoviários. Também precisará cooperar com as autoridades federais nas questões aduaneiras.

A proposta é aproveitar melhor as estruturas existentes e ampliar capacidade onde houver demanda, sem pressupor que cada região precise de um novo equipamento.

3. Comércio

3.1. Ordenamento urbano e ocupação do espaço público

Concordo com a defesa de regras claras e isonômicas.

O ordenamento urbano é atribuição principalmente municipal. O Estado poderá oferecer apoio técnico e cooperar na fiscalização das matérias de sua competência.

Defendo acessibilidade, circulação segura e respeito às regras sanitárias. Ao mesmo tempo, precisamos distinguir atividade informal de prática criminosa e oferecer caminhos de regularização para quem trabalha honestamente.

Proteger o comércio formal não exige transformar pessoas vulneráveis em inimigas. Exige fazer a lei funcionar com proporcionalidade.

3.2. Autorização de feiras e eventos comerciais

Apoio critérios transparentes para a realização de feiras e eventos.

A cooperação estadual deverá orientar os municípios na construção de procedimentos previsíveis, respeitando sua autonomia. Os participantes precisam cumprir as exigências aplicáveis à atividade.

Isonomia não significa impedir concorrência legítima ou proteger um estabelecimento apenas por já estar instalado. Significa exigir regularidade de todos e impedir vantagens baseadas no descumprimento das regras.

3.3. Polos especializados e Arranjos Produtivos Locais

Há convergência com nossa estratégia de desenvolvimento regional.

Os Governos Regionais ajudarão a aproximar empresas, municípios, pesquisadores e universidades, identificando entraves de cada atividade.

O apoio aos Arranjos Produtivos Locais deverá combinar inovação e acesso a mercados. Não será suficiente atribuir um nome ao arranjo: será necessário acompanhar os ganhos de produtividade e a renda gerada.

3.4. Comércio eletrônico e transformação digital

Concordo com a democratização do acesso à tecnologia.

Nossa proposta de aproximar pesquisa e setor produtivo pode apoiar soluções para controle de estoque, gestão financeira, logística e relacionamento com clientes.

O apoio deverá respeitar a liberdade de escolha das empresas e evitar dependência de um fornecedor indicado pelo governo. A Fapemig atuará no financiamento de inovação e pesquisa aplicada, sem ser confundida com uma linha genérica para aquisição de qualquer equipamento comercial.

3.5. Capacitação empresarial e qualificação profissional

Concordo e proponho formação conectada às oportunidades reais.

Vamos articular instituições de ensino e entidades do setor, incluindo institutos federais, Sebrae, Senac e universidades, conforme as competências de cada organização.

A formação poderá abranger atendimento, comércio eletrônico, gestão financeira e logística. Os resultados serão acompanhados pela aplicação do conhecimento e pela inserção profissional, não apenas pelo número de certificados emitidos.

3.6. Associativismo e cooperativismo

Apoio o fortalecimento das formas coletivas de organização empresarial.

Elas podem ajudar pequenos negócios a compartilhar capacitação, compras, logística e promoção. O Estado poderá apoiar formação e projetos adequados às vocações regionais.

O associativismo deve ampliar competitividade, sem produzir práticas anticompetitivas ou dependência permanente de repasses públicos.

3.7. Combate às práticas ilícitas e à concorrência desleal

Concordo com uma atuação firme contra contrabando, falsificação, pirataria e receptação.

Nosso Centro Integrado de Inteligência Criminal permitirá compartilhar informações e fortalecer a investigação das cadeias criminosas, em cooperação com as instituições federais competentes.

O foco precisa alcançar quem financia e organiza a atividade, não apenas o vendedor que aparece na ponta. Na informalidade sem vínculo criminoso, a resposta deverá combinar orientação e regularização.

3.8. Fortalecimento do BDMG

Concordo com a utilização do banco como instrumento de desenvolvimento, preservando sua sustentabilidade.

O BDMG deverá apoiar projetos com capacidade de gerar investimento e produtividade, em conexão com as prioridades regionais.

A escolha das operações precisa observar critérios técnicos. Crédito público não pode depender de proximidade política nem comprometer a solidez da instituição para produzir anúncios.

3.9. Crédito para micro e pequenas empresas

Acolho a proposta de ampliar o acesso, com desenho financeiro responsável.

Vamos avaliar instrumentos voltados à digitalização, à eficiência energética, à expansão produtiva e à modernização tecnológica.

A simplificação documental deverá preservar a análise de risco. Carência e prazo precisam acompanhar a finalidade do investimento. Eventual subsídio ou garantia pública deverá ter fonte identificada e limite de exposição.

Não assumirei uma taxa artificialmente baixa antes de conhecer seu custo. O objetivo é crédito que a empresa consiga utilizar e pagar.

4. Turismo e Economia Criativa

4.1. Plano Estadual de Turismo Comercial e de Negócios

Acolho a proposta como desdobramento da profissionalização do turismo prevista no nosso plano.

A estratégia deverá integrar congressos, eventos e feiras ao planejamento dos destinos, articulando calendário e capacidade de atendimento.

O apoio público precisa considerar a permanência dos visitantes e a renda gerada no território. Não quero uma disputa de anúncios, e sim uma carteira de oportunidades compatível com o que cada região consegue receber.

4.2. Promoção de Minas Gerais como destino

Concordo integralmente com a valorização de nossa diversidade.

A maravilhosa cozinha mineira deve ocupar posição central nessa promoção, ao lado da cultura e do patrimônio. A comunicação precisa mostrar as pessoas e os territórios que produzem essas experiências.

Quero conectar a divulgação à capacidade real de atendimento. Promover um destino sem cuidar de sua estrutura pode frustrar o visitante e prejudicar o trabalho de quem vive do turismo.

4.3. Modernização da infraestrutura turística

Há convergência direta.

Nosso plano prevê gestão técnica dos equipamentos culturais e qualificação dos destinos. A atuação deverá abranger acessibilidade, conservação, informação, manutenção e segurança.

Nos bens estaduais, a responsabilidade será direta. Nos demais, construiremos cooperação com os proprietários e os órgãos competentes, respeitando a proteção patrimonial.

4.4. Apoio à economia criativa e aos produtos locais

Concordo e defendo desconcentrar o acesso ao fomento.

O plano reconhece a economia da cultura como instrumento de desenvolvimento regional. Vamos aproximar formação e oportunidades de mercado para atividades como artesanato, audiovisual, design, gastronomia, moda e música.

O apoio precisa alcançar o interior e reconhecer tanto os saberes tradicionais quanto a produção contemporânea.

4.5. Fundo Estadual de Turismo e Economia Criativa

Concordo com a necessidade de financiamento estável, sem assumir antecipadamente a criação de um novo fundo.

A proposta será examinada à luz dos instrumentos existentes e das necessidades que ainda não conseguem ser atendidas.

Um fundo só faz sentido com fontes viáveis e regras de aplicação. Precisar demonstrar adicionalidade, governança e transparência. Não vou apresentar uma autorização legal sem recursos como se fosse uma política efetiva de financiamento.

4.6. Formação profissional para turismo e economia criativa

Concordo com uma oferta regionalizada.

Os cursos deverão dialogar com as empresas e com os trabalhadores, incluindo quem precisa se qualificar sem abandonar sua fonte de renda.

A formação deve melhorar atendimento, gestão, hospitalidade e idiomas conforme a demanda de cada destino. Também precisa apoiar a transmissão dos saberes que tornam a experiência mineira singular.

4.7. Parcerias para infraestrutura turística e projetos culturais

Sou favorável às parcerias que comprovem interesse público e viabilidade.

Cada equipamento exigirá uma modelagem própria. A parceria deverá preservar a finalidade cultural e estabelecer obrigações de acesso, conservação e funcionamento.

Não considero suficiente transferir a operação e deixar de acompanhar o serviço. O Estado continuará responsável por planejar e fiscalizar aquilo que contratar.

4.8. Rotas integradas de cultura e turismo

Essa proposta coincide com nossos roteiros e circuitos regionais.

Vamos apoiar a integração entre cidades históricas e atividades culturais e gastronômicas, com informação e serviços conectados.

A rota precisa existir no território, não apenas no material de divulgação. Consórcios e organizações regionais poderão ajudar a coordenar calendário e promoção, respeitando a identidade de cada município.

5. Políticas Sociais e Sustentabilidade

5.1. Inclusão produtiva de jovens e pessoas de baixa renda

Concordo com o objetivo e com a necessidade de articulação entre políticas.

Nosso plano reúne educação, proteção social, qualificação e trabalho, com atenção aos territórios mais vulneráveis.

A inclusão não deve pressupor que toda pessoa precisa abrir uma empresa. Algumas precisam de uma oportunidade de emprego; outras, de apoio para desenvolver um negócio. O Estado deve oferecer caminhos adequados, sem desqualificar quem ainda depende de proteção social.

5.2. Formalização dos pequenos negócios

Concordo com processos simples e orientação acessível.

Vamos reduzir etapas desnecessárias nos serviços estaduais e cooperar com os municípios para facilitar a regularização.

A orientação deverá esclarecer obrigações e benefícios. Formalização precisa abrir oportunidades concretas, e não apenas acrescentar cobrança a uma atividade que continua sem acesso a mercado ou assistência.

5.3. Crédito verde e economia circular

Apoio instrumentos vinculados a resultados ambientais verificáveis.

O desenho financeiro deverá priorizar projetos que reduzam desperdícios e melhorem o uso dos recursos. A economia produzida pelo investimento poderá contribuir para a capacidade de pagamento.

Na economia circular, nosso plano já prevê Lixão Zero e fortalecimento do Bolsa Reciclagem. O apoio ao comércio deverá dialogar com essas políticas e com as responsabilidades legais das cadeias produtivas.

5.4. Parcerias com instituições de pesquisa

Há convergência expressa com o plano.

Vamos aproximar centros de pesquisa, empresas e universidades para resolver problemas de produtividade e sustentabilidade.

Os Governos Regionais ajudarão a identificar demandas, enquanto a Fapemig apoiará pesquisa aplicada conforme seus critérios. A autonomia acadêmica será preservada, e os resultados deverão ser avaliados.

5.5. Programa Estadual de Transição Sustentável

Acolho a finalidade e proponho organizá-la a partir dos instrumentos existentes.

O nome apresentado pela Federação não corresponde a um programa já detalhado no nosso plano. O objetivo, entretanto, converge com nossa agenda ambiental e produtiva.

Podemos estruturar orientação por atividade e porte, com diagnóstico das exigências e apoio à adequação. A transição precisa ter previsibilidade, sem transformar mudanças regulatórias em surpresa permanente para o pequeno empresário.

5.6. Qualificação para atividades sustentáveis

Concordo com a preparação de trabalhadores para novas demandas.

A formação poderá contemplar eficiência energética, gestão de resíduos, manutenção e reciclagem, conforme as oportunidades locais.

Será necessário verificar demanda antes de abrir turmas. Não basta chamar uma ocupação de “verde” para justificar gasto público sem perspectiva de trabalho.

5.7. Eficiência energética e fontes renováveis

Essa diretriz já está no nosso plano.

Vamos utilizar a capacidade de articulação do Estado e os instrumentos do BDMG e da Cemig para ampliar soluções de energia limpa.

O apoio precisa considerar a capacidade da rede e a viabilidade dos projetos. Não basta financiar equipamento que não consegue ser conectado. Também não prometerei alterar unilateralmente tarifas submetidas à regulação federal.

5.8. Iniciativas comunitárias e economia solidária

Concordo com o apoio a organizações que ampliem autonomia e renda.

Associações e cooperativas podem reunir produção e facilitar acesso a mercados. O governo deverá apoiar sua qualificação e acompanhar resultados.

O Bolsa Reciclagem é um exemplo presente no plano: reconhecer o trabalho realizado e dar previsibilidade às condições de funcionamento, em vez de limitar a relação pública a auxílios ocasionais.

6. Governança e Diálogo Institucional

6.1. Fórum Permanente de Diálogo

Concordo com a manutenção e o aperfeiçoamento da instância indicada pela FCDL-MG.

Quero uma interlocução regular, com agenda definida e encaminhamentos públicos. A Federação e outras representações empresariais deverão participar dos assuntos relacionados às suas atividades.

O diálogo não pode depender de relações pessoais. Cada demanda precisa receber análise e resposta, inclusive quando não puder ser acolhida.

6.2. Transparência e simplificação dos serviços

Há convergência direta com a Carta Mineira de Serviços Públicos e o Portal Único de Transparência Radical.

Vamos estabelecer canais e padrões de atendimento, acompanhados de indicadores regionais. O objetivo é reduzir deslocamentos e eliminar exigências que não acrescentam qualidade ao serviço.

A digitalização será acompanhada de revisão dos procedimentos. Não faz sentido transferir para uma tela a mesma burocracia que antes estava no papel.

6.3. Indicadores de competitividade

Concordo com metas públicas e revisão periódica.

Vamos acompanhar emprego, investimento, prazos administrativos e produtividade, observando as diferenças regionais e o porte das empresas.

A metodologia precisará ser conhecida. Não quero um indicador escolhido apenas porque apresenta resultado favorável ao governo. Os dados devem revelar também onde a política falhou e precisa mudar.

6.4. Observatório Estadual do Comércio e Serviços

Acolho a função proposta, sem antecipar a criação de uma nova estrutura administrativa.

O observatório poderá ser organizado como integração de dados e capacidade analítica, aproveitando instituições existentes e a cooperação com o setor.

Precisará produzir informação útil para as decisões e proteger dados empresariais sujeitos a sigilo. Sua qualidade será medida pelo que ajuda a compreender, não pelo tamanho de sua estrutura.

6.5. Participação social e empresarial

Concordo com a ampliação dos mecanismos de participação.

Consultas relevantes devem ocorrer antes da decisão e apresentar alternativas compreensíveis. O governo deverá explicar quais contribuições acolheu e por quê.

Consumidores, empresas, municípios e trabalhadores precisam encontrar canais de participação. Ouvir o setor produtivo não significa atribuir a qualquer entidade poder de veto sobre o interesse público.

6.6. Responsabilidade fiscal e combate à corrupção

Esse compromisso atravessa todo o plano.

Vamos consolidar informações sobre contratos e benefícios fiscais, publicar agendas do alto escalão e fortalecer a prevenção de conflitos de interesse.

Também encaminharemos a proposta de uma Comissão Independente de Avaliação e Resultados, para examinar o custo e a efetividade das políticas. Quem executa não deve ser o único a avaliar o próprio trabalho.

Integridade protege o contribuinte e também a empresa que concorre de maneira honesta.

6.7. Parcerias público-privadas em áreas estratégicas

Sou favorável às parcerias que demonstrem vantagem em relação às alternativas disponíveis.

O Estado deverá preparar projetos e publicar as obrigações futuras assumidas. A contratação precisa ter responsabilidades definidas e remuneração associada à entrega.

Parceria não faz o custo desaparecer. Por isso, avaliaremos os compromissos sobre os orçamentos seguintes e preservaremos capacidade técnica para fiscalizar.

Como transformar esta resposta em acompanhamento

Proponho que esta carta seja encaminhada pela FCDL-MG às suas 209 CDLs. O compromisso assumido diante da Federação deve ser conhecido também pelo lojista que trabalha longe da capital.

Caso seja eleito, quero organizar com a entidade uma agenda de acompanhamento das propostas acolhidas, indicando a responsabilidade administrativa e a etapa necessária para cada uma.

As prioridades iniciais dessa interlocução serão o diagnóstico tributário, a identificação dos entraves dos pequenos negócios e o detalhamento das ações regionais. Onde for necessária alteração legislativa, o governo deverá apresentar sua proposta e dialogar com a Assembleia. Onde houver competência administrativa, deverá agir.

Não considero necessário criar uma estrutura nova para cada problema. Nosso plano propõe dez Governos Regionais por reorganização das equipes existentes, sem aumento da despesa com pessoal. Eles ajudarão a levar capacidade de coordenação aos municípios e a acompanhar convênios, indicadores, obras, prazos e programas.

Um compromisso com quem trabalha

Presidente Frank Sinatra,

Conheço a importância de fechar uma venda. Também conheço a responsabilidade de fechar a folha de pagamento.

É por isso que defendo um Estado capaz de proteger as pessoas e oferecer condições para que os negócios prosperem. Não há contradição entre essas duas responsabilidades. Uma economia mais produtiva pode gerar oportunidades, e serviços públicos melhores ampliam a capacidade de trabalhar e empreender.

Meu compromisso não é garantir o resultado de cada empresa. É reduzir obstáculos desnecessários e fazer com que as regras sejam compreensíveis e aplicadas com igualdade.

Quero que o empreendedor gaste menos tempo tentando descobrir o caminho de um processo e mais tempo melhorando seu negócio. Quero que o trabalhador encontre formação e oportunidades. E quero que o consumidor se beneficie de concorrência e serviços de qualidade.

Empresa séria não precisa de amizade com governador. Precisa de um Estado eficiente, ético e previsível.

Contem comigo para manter esse diálogo com a FCDL-MG e com cada CDL de Minas Gerais. As propostas acolhidas nesta carta poderão ser acompanhadas e cobradas.

Atenciosamente,

Gabriel Sousa Marques de Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB, 15